

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.606 - SP (2019/0259033-4)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : CELLMIX TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
ADVOGADOS : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA - SP104016
NATHALI ISABELLE ROSSINI - SP326677
NATÃ DOMINGOS DE SOUZA - SP356223
EMBARGADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - SP327331
CAMILA MEDIM ABREU FRANÇA - SP262585
YARA MUSELLA CAIADO DE AZAMBUJA - SP426475

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração interpostos por CELLMIX TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, contra decisão (fls. 1.017-1.019) a qual não conheceu

Nas razões dos aclaratórios, a embargante afirma que não pautou o recurso na divergência jurisprudencial, afirmando que "há tão somente a demonstração de negativa ao art. 551 do Código de Processo Civil" (fl. 1.022). Afirma que "*não se manifestou sobre dissídio jurisprudencial ou ausência de cotejo analítico, pelo simples motivo, de tais arguições não serem alvos de seus recursos*" (fl. 1.022)

A embargada apresentou impugnação (fls. 1.028-1.032).

É o relatório. Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022).

No presente caso, a parte embargante não aponta a existência de nenhum dos vícios que autorizam a oposição dos embargos de declaração, limitando-se a afirmar que não interpôs o recurso especial com fundamento da alínea "c". No entanto, tais argumentos não se prestam a abrir a discussão quanto a eventual vício contido na decisão embargada.

Sobre a questão, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, tendo em vista a finalidade jurídica a que se destinam os embargos de declaração, a falta de indicação clara de vício previsto no art. 1.022 do CPC/2015 inviabiliza a compreensão da

controvérsia a ser sanada nos embargos de declaração, motivo pelo qual fica caracterizada a deficiência na fundamentação recursal, atraindo, por analogia, o teor da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO

REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. A jurisprudência do STJ é no sentido de que não preenche os requisitos de admissibilidade a petição dos embargos de declaração que não indica nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), ou que traz fundamentação genérica sobre a existência de omissão quanto aos normativos indicados na peça recursal, atraindo o óbice da Súmula 284 do STF.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS."

(EDcl no AgInt no AgRg no AREsp 726.513/SP, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/10/2017, g.n.)

Ademais, ao contrário do que faz crer a parte embargante, consta às fls. 840/871 na petição do apelo especial, a fundamentação do inconformismo com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal e o seu recurso sequer admitido.

Como recurso de fundamentação vinculada que é - tem por fim a integração do pronunciamento judicial, de forma a sanar possível obscuridade, contradição ou omissão de algum ponto do julgado, quando tais vícios estejam aptos a comprometer a verdade e os fatos postos nos autos.

Ocorre que a decisão embargada posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente acerca dos temas que lhe foram submetidos.

Esclareço que, de acordo com o princípio da congruência, um dos desdobramentos do princípio dispositivo, bem como o princípio da devolutividade, em sede de apelo especial cabe ao relator o exame das questões apresentadas no recurso que lhe é

Superior Tribunal de Justiça

submetido.

Dessa feita, nenhum dos argumentos apresentados no presente apelo comporta exame nessa senda recursal, tampouco pode alterar o resultado do julgamento tal como posto. Infere-se, pois, das razões dos aclaratórios a nítida pretensão da parte embargante de provocar o rejuízo da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/2015, não é compatível com o recurso protocolado.

Com essas considerações, conclui-se que os presentes aclaratórios não merecem prosperar.

Ante o exposto, não se conhece dos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**

Relator